

Sobre as origens da distinção entre negação de proposição e negação de evento no português brasileiro

Lílian Teixeira de Sousa
Universidade Federal da Bahia (Brasil)
liliantesousa@gmail.com

Recibido 27/10/2016. Aceptado 05/01/2017

On the origins of the distinction between propositional and event negation in Brazilian Portuguese

Resumo

O Português Brasileiro (PB) apresenta três estruturas distintas para expressar negação sentencial: Neg1 – [Neg VP], para negação de evento; Neg2 – [Neg VP Neg], para negação de proposição e, finalmente, Neg3 – [VP Neg], para negação metalingüística. A distinção estrutural entre os diferentes tipos de negação semântica é bastante rara nas línguas naturais e não está presente em outras variedades do português, o que nos faz questionar sobre as origens desta distinção no PB. Enquanto alguns trabalhos sustentam a hipótese de contato, outros afirmam que a estrutura inovadora Neg2 já aparecia em textos do século XVI, portanto, anterior ao processo de contato lingüístico durante o período colonial. Dentre as hipóteses que apontam uma possível mudança de interpretação de uma estrutura já presente na língua está a de Teixeira de Sousa (2012b) que supõe ter havido competição de gramáticas envolvendo Neg1 e Neg2, resultando na especialização funcional das estruturas. Como evidenciamos neste trabalho, no entanto, os primeiros dados registrados de Neg2, retirados de peças de teatro do século XIX, mostram que essa estrutura nunca foi usada nos mesmos contextos e com a mesma função de Neg1, o que indica que a origem da estrutura não pode ser atribuída a competição entre Neg1 e Neg2.

Palabras chave

Tipos de negación, distinción estrutural, português brasileiro

Sumario

1. Introdução. 2. A Negação Sentencial no Português Brasileiro. 3. Hipóteses sobre a origem de Neg2. 4. Sobre os corpora. 5. Uma proposta para a origem de Neg2. 6. Considerações Finais.

Abstract

Brazilian Portuguese (BP) has three distinct structures to express sentential negation: Neg1 – [Neg VP] for negation over event; Neg2 – [Neg VP Neg] for negation over the proposition, and Neg3 – [VP Neg] for metalinguistic negation. The structural distinction between the different types of semantic negation (Neg1 and Neg2) is rare in natural languages and is not present in other varieties of Portuguese. This makes us wonder about the origin of this distinction in BP. While some studies support a contact hypothesis, others claim that the innovative structure Neg2 already appears in 16th century texts, and therefore predates language contact in the colonial period. One hypothesis about the origin of the distinction posits a reinterpretation of a structure already present in the language. According to Teixeira de Sousa (2012b), Neg1 and Neg2 may have been in competition in the grammar, resulting in a functional specialization of the structures. I shall argue, however, that the earliest evidence for Neg2, from nineteenth century dramas, shows that Neg2 has never been used in the same contexts or with the same function as Neg1, hence the structure cannot have arisen owing to competition between Neg1 and Neg2.

Keywords

Types of negation, structural distinction, Brazilian Portuguese

Contents

1. Introduction. 2. Sentential negation in Brazilian Portuguese. 3. On the origin of Neg2. 4. On corpora. 5. A proposal concerning the origin of Neg2. 6. Final remarks.

1. INTRODUÇÃO

O Português Brasileiro (PB), como já bastante conhecido na literatura linguística, apresenta uma alternância entre estruturas negativas a depender do número e posição de partículas negativas:

- Um núcleo Neg pré-VP – Neg1:

(1) *Eu não saí.*

- Dois itens Neg – Neg2:

(2) *Agora não entra mais não.*

- Ou um núcleo Neg pós-VP – Neg3:

(3) *Tenho não.*

Segundo Teixeira de Sousa (2012a, 2015), cada uma dessas estruturas negativas corresponde a um tipo diferente de negação: Neg1, negação de evento; Neg2, negação de proposição; e Neg3, negação metalinguística. De acordo com essa proposta, Neg1 e Neg2, em oposição a Neg3, são negações semânticas com diferentes interpretações. Essa diferenciação estrutural entre negação de evento e de proposição é bastante rara nas línguas naturais e não ocorre em outras variedades do português, sendo, por isso, tratada como uma inovação do PB. Por esse motivo, buscamos analisar a origem e evolução dessas formas na língua. Para tanto, analisamos os primeiros registros de Neg2 no PB com o objetivo de avaliar se essa estrutura surgiu na língua como negação semântica ou se adquiriu essa função através de um processo de especialização. Para a composição do *corpus*, levamos em consideração o trabalho desenvolvido por Alkmim (2001), a qual realizou estudo diacrônico envolvendo negativas sentenciais canônicas (Neg1) e inovadoras (Neg2) e (Neg3) com o objetivo de verificar um possível perfil de mudança envolvendo as construções negativas, através de peças de teatro em quatro recortes temporais: 1ª metade do século XIX (T1), 2ª metade do século XIX (T2), 1ª metade do século XX (T3) e 2ª metade do século XX (T4). Conforme apontado pela autora, todas as formas de negação foram observadas nos quatro tempos e os resultados apontaram que houve um aumento na frequência de uso das formas inovadoras, seguido pela diminuição da negação canônica ao longo do tempo. A autora observa, em pelo menos um dos períodos analisados, um perfil de mudança em progresso. Considerando as diferentes interpretações das estruturas negativas no período sincrônico da língua, Teixeira de Sousa (2012b), reanalisando os dados apresentados por Alkmim (2001), aponta a possibilidade de um processo de mudança envolvendo a diferenciação funcional das estruturas negativas inovadoras. A proposta é que Neg1 e Neg2 teriam tido, no passado, a mesma função e, obedecendo ao princípio evite *doublets* (Kroch, 1989), teriam passado por um processo de especialização funcional. Dessa forma, no presente estudo, analisamos os primeiros registros de Neg2 no PB com o objetivo de verificar se a estrutura teria entrado na língua com a mesma função de Neg1, gerando competição entre estruturas, ou se Neg2 já teria entrado na língua como uma forma distinta de Neg1, talvez com função metalinguística. Para tanto, selecionamos cinco peças de teatro escritas por autores brasileiros no século XIX, um jornal de 1850 chamado *O Atheneu* e um manuscrito do século XVIII contendo um glossário e a tradução em português de diálogos em Mina, uma língua africana falada em Minas Gerais como língua comum.

O artigo é organizado da seguinte forma: na seção 2, *A Negação Sentencial no Português Brasileiro*, apresentamos a análise para a ocorrência dos três tipos de estrutura na língua, embora o foco do estudo se concentre nas estruturas Neg1 e Neg2. Na seção 3, *Hipótese Sobre a Origem de Neg2*, discutimos as principais hipóteses presentes na literatura sobre a origem da estrutura Neg2. Na seção 4, apresentamos os *corpora* da pesquisa, seguido, na seção 5, da apresentação de nossa proposta, aventada a partir dos dados levantados. Por fim, na seção 6, apresentamos as considerações finais.

2. A NEGAÇÃO SENTENCIAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

É sabido que a negação pode ter diferentes escopos, gerando diferentes possibilidades de interpretação. Dahl (1979), por exemplo, afirma que é possível distinguir entre três tipos de negação, considerando seu escopo:

- (4) It is not raining.
- (5) It is false that it is raining.
- (6) It is not the case that it is raining.

(ex. (1-3) Dahl 1979)

Todas as sentenças negativas acima poderiam ser definidas da mesma forma, i.e. 'não S'. No entanto, a última sentença seria mais claramente definida como denegação a uma declaração ou assunção prévia feita por algum participante da conversação, sendo, por isso, definida como negação externa. Nesse tipo de negação, a sentença negativa 'não S' não comenta sobre o estado de coisas ou mesmo altera o valor de verdade da proposição, mas nega a assertabilidade do julgamento S previamente enunciado ou implícito. Horn (2001), tratando dos três tipos de interpretação da negação exemplificados através das sentenças de (4) a (6), não considera relevante a distinção entre (5) e (6), já que, segundo o autor, o que está em jogo é a assertabilidade da sentença. Já Rajagopalan (1982) reconhece a existência de duas possíveis interpretações para sentenças negativas externas nas línguas naturais. Segundo o autor, numa análise pragmática, as diferenças entre as duas interpretações poderiam ser explicadas por dois diferentes atos de fala, asserção e denegação, sendo o elemento parte da proposição expressa, ou seja, parte de uma asserção, ou o marcador negativo tem sua origem na força ilocucionária com a qual a sentença é enunciada, executando, assim, a força ilocucionária de denegação. Nessa perspectiva, se uma sentença como 'Eu não vi ele ontem' é enunciada como uma asserção, o marcador negativo pode ser analisado no nível do conteúdo proposicional, já se a sentença é usada como ato de denegar, a negação está no domínio da pragmática, ou seja, está fora do escopo da condição de verdade semântica, o que é normalmente definido como negação metalinguística.

No que diz respeito à interpretação das estruturas negativas no PB, Schwenter (2005) já havia sinalizado, a partir da tipologia de Geurts (1998)¹, para a interpretação de Neg2 como negação semântica e não metalinguística, conforme demonstrado nos exemplos abaixo:

- (7) a A: O João já deixou de fumar.
B: Ele não deixou de fumar (#não). Ele nunca fumou.
- b A: O João já deixou de fumar.
B: Ele não deixou de fumar (não), ele ainda fuma.

(Ex. (14a-b) Schwenter 2005).

Nos dados em (7), o pressuposto do enunciado A é que o João fumou no passado e é essa pressuposição que é negada em (7a), considerando-se o que vem na sequência. Já em (7b), a interpretação que o enunciado deixa evidente é que a negação se aplica sobre o conteúdo assercionado e não sobre a pressuposição. Assim, verifica-se que Neg2 não é feliz quando aplicada sobre elementos pressuposicionais. O mesmo ocorre nos casos de negação de implicatura, como pode ser observado nos dados sobre expressões de valor escalar:

- (8) a Eu não gosto do meu professor (#não). Eu adoro ele!
- b Eu não gosto do meu professor (não). Eu odeio ele!

(Ex. (15a-b) Schwenter 2005).

¹ A proposta por Geurts (1998), a qual inclui: negação de proposição (negação descritiva), negação de pressuposição, implicatura (escalar) e forma (pronúncia, escolha lexical etc.), estende um pouco mais a já bastante conhecida distinção binária de Horn (1989) entre negação descritiva e negação metalinguística. Nessa proposta, a negação metalinguística é dividida em negação de pressuposição, de implicatura e de forma. Assim, essa perspectiva foca o alvo da objeção da negação, ou seja, se o que está sendo negado é uma proposição, uma pressuposição, uma implicatura, ou algum aspecto da forma linguística.

Enquanto em (8a), o que é negado é o trecho escalar do verbo gostar, demonstrado pelo uso do verbo adorar na sequência, em (8b) o que é negado é a verdade da proposição 'Eu gosto do meu professor', como ocorre numa negação descritiva, ou seja, Neg2 também não é feliz se aplicada sobre trechos escalares.

Na análise do tipo quatro de negação, negação de forma, Schwenter novamente evidencia a distinção entre Neg1 e Neg2:

- (9) a. A: Ele trouxe (trúsi) feijão pra festa.
 B: Ele não trouxe (trúsi) feijão (#não), ele trouxe (trówsí) feijão.
 b. A: Ele trouxe (trúsi) feijão pra festa.
 B: Ele não trouxe feijão (não), trouxe arroz.
 (Ex. (16a-b) Schwenter 2005).

Outro dado interessante ocorre no caso de negação de outros elementos do sintagma que não a proposição. Se o que está sendo negado não corresponde a uma proposição, mas ao tempo de um evento, ou os participantes da enunciação, Neg2 é excluída por condições de felicidade:

- (10) A: O Pedro gostou da peça ontem?
 B1: Nós não fomos ao teatro ontem não. Acabamos ficando em casa.
 B2: #Nós não fomos ao teatro não. Nós vamos ao teatro.
 B3: #Eu não fui com O PEDRO ao teatro não.
 (=eu fui ao teatro, mas com outra pessoa)
 B4: #Nós não fomos AO TEATRO ontem não.
 (=fomos a outro lugar que não o teatro)

Como o dado acima evidencia, Neg2 só pode ser usada se for para negar toda a proposição, o que claramente a distingue das outras estruturas negativas, como veremos mais à frente. Segundo Teixeira de Sousa (2012b), no entanto, embora Neg2 não possa ser usada como negação metalinguística, ela pode ser usada como negação enfática a partir de aplicação de desacentuação do conteúdo proposicional e contorno de foco sobre o item negativo pós-sentencial, uma vez que nesses casos é a polaridade negativa da sentença o alvo da ênfase, ou seja, o foco recai sobre todo o conteúdo proposicional:

- (11) A: Mas eu te convidei pra minha festa
 B: Não me convidou NÃO.

O efeito sobre o valor de verdade da sentença no caso de Neg2, ilustrado no exemplo acima, tem servido de evidência para caracterizá-la como uma asserção negativa em oposição ao caráter de denegação. Se para estruturas Neg2 não se observa distinções em termos de *status* informacional, no caso de estruturas Neg3, conforme apontado por diversos autores (Schwenter, 2005; Teixeira de Sousa 2011, 2012a; Cavalcante, 2012) há uma distinção quanto ao *status* da informação, uma vez que se observa uma dependência de Neg3 à presença de asserção no contexto imediato de produção da sentença. O uso dessa estrutura ocorre quando o que é negado não é o valor de verdade, mas a assertabilidade de algo mencionado no discurso:

- (12) a. A: Como foi a peça ontem?
 B: Eu num fui no teatro não
 B': #Fui no teatro não
 b. A: Você foi no teatro ontem, não foi?
 B: fui não
 B': #não fui não

- (13) A: O João bateu as botas.
 B: Bateu as botas *não*, faleceu.
 B': *Não* bateu as botas *não*. Ainda está vivo.

É sabido que a negação pode ter diferentes escopos, gerando diferentes possibilidades de interpretação. Essa distinção, no entanto, normalmente não é estruturalmente marcada, sendo perceptível a partir de diferenças entoacionais ou mesmo contextuais. A diferença estrutural entre negação de eventos e negação de proposição é, dessa forma, bastante rara nas línguas, sendo atestada apenas no Bengali, conforme Ramchand (2004), e no português brasileiro (Teixeira de Sousa 2015, 2012a). No PB, a diferença entre as estruturas pode ser observada em contextos de narrativas, em encaixadas temporais, com verbos factivos ou infinitivos e diante do quantificador distributivo *cada*, conforme abaixo:

- (14) Maria acordou pela manhã. Olhou pela Janela. *Não* viu sinal de chuva (#*não*). Saiu sem seu guarda-chuva.
- (15) a. Eu não durmo, enquanto minha filha *não* chega em casa.
 b. *Eu *não* durmo *não*, enquanto minha filha *não* chega em casa *não*.
 c. *Eu *não* durmo *não*, enquanto minha filha não chega em casa.
 d. *Eu não durmo, enquanto minha filha *não* chega em casa *não*.
- (16) a. Lamento que você *não* possa vir.
 b. *Lamento que você *não* possa vir *não*.
- (17) a. *Não* fumar, faz bem à saúde.
 b. **Não* fumar *não*, faz bem à saúde.
- (18) a. Cada aluno leu um livro.
 b. *Cada aluno *não* leu um livro.
 c. Cada aluno *não* leu um livro *não*.

A principal restrição de Neg2 está em contextos narrativos; como ilustrado no exemplo (14), essa estrutura é excluída por condições de felicidade em narrativas. Uma vez que em narrativas não há proposição, mas a sucessão de eventos, propôs-se que Neg2 está restrita à negação de proposições. A estrutura também não está presente em encaixadas temporais em que o Tempo Referencial² está vinculado ao Tempo da oração matriz, o que me levou a propor em Teixeira de Sousa (2012a) que o *não* final em Neg2 possui a propriedade de vincular independentemente o Tempo Referencial gerando uma leitura de negação de proposições.

No que diz respeito aos verbos factivos, sabe-se que proposições são objetos de crença, melhor dizendo o entendimento de um evento como verdadeiro ou falso parte da crença do falante na verdade ou falsidade de uma sentença. Com isso, podemos dizer que proposições estão relacionadas com o sistema de crenças do falante. Considerando o uso de Neg2 como tendo escopo sobre proposições, então é mesmo esperado a incompatibilidade dessa estrutura com construções factivas (Cf. ex. 16), uma vez que construções factivas são interpretadas como objetos reais no mundo.

² Ramchand (1997) trata dessa questão da seguinte forma: há uma variável evento que atribui um carácter referencial ao tempo, ou seja, tempo apresentaria propriedades anafóricas que permitiriam a estocagem, acesso e manipulação de pontos temporais para posterior referência. Assim, motivada pelo carácter referencial atribuído à lógica do tempo conforme proposto por Reichenbach, a autora faz uso de entidades temporais, variável t(empo), e entidades situacionais, variável e(vento), para tratar da interpretação de formas temporais e sua relação com aspectos lexicais e morfológicos. Segundo a autora, há pelo menos duas relações distintas necessárias para que uma predicação seja coerente: (1) relação entre o evento (E) e o tempo de referência (R) e (2) relação entre tempo de referência e tempo de fala (S). A relação 2, S-R, distinguiria as noções de passado, futuro e presente, enquanto a relação 1, E-R, distinguiria as noções aspectuais de perfeito, prospectivo e neutro.

Neg2 apresenta poucas restrições sintáticas, a maioria delas relacionada a Tempo, já que a construção não é possível em contextos não finitos (exemplo 17) ou coocorrendo com conjunções subordinativas temporais (ex. 15). Com isso, argumentei em Teixeira de Sousa (2012a) que a estrutura [Neg VP Neg] funciona como uma negação semântica e se diferencia de estruturas Neg1 ([Neg VP]) apenas com relação a seu escopo. Uma vez que Neg1 não vincula tempo e não apresenta uso discursivo independente, sugerimos que o *não* dessa estrutura tem escopo nuclear gerando uma leitura de negação de situações ou eventos. Essa análise é reforçada pelos dados com o quantificador distributivo *cada*. Segundo Negrão (2002), sintagmas que contêm o quantificador distributivo *cada* em posição de sujeito só são aceitáveis se o argumento para localização espaço-temporal é explicitamente modificado:

- (19) a. *Cada funcionária está grávida.
 b. Cada funcionária está grávida num período do ano.
 (Ex. (9-10b) Negrão 2002)

Como os exemplos em (18) ilustram, apenas Neg2 é possível em um sintagma com o quantificador *cada*, o que parece confirmar a análise de que enquanto Neg1 nega eventos, Neg2 tem escopo sobre proposições, estabelecendo, por si só, a localização espaço-temporal.

Como os dados apresentados nesta seção evidenciam, o PB apresenta três estruturas negativas com diferentes interpretações: negação de evento, negação de proposição e negação metalinguística. Embora a distinção estrutural entre negações semânticas não ocorra em outras variedades do português, a marcação estrutural para negação metalinguística e/ou enfática é atestada no português europeu (PE), como mostram Martins (2010, 2013) e Pinto (2010), respectivamente:

- (20) A: O João vai sair hoje, não vai?
 B: *Não vai não*
 (Exemplo (78) de Martins 2010)
- (21) A: Eu sei que tu gostas de cerejas.
 B: Gosto de cerejas, *não!* Adoro cerejas!

Como os dados acima mostram, há no PE estruturas negativas muito próximas de Neg2 e Neg3, embora mais restritas e com função apenas de negação metalinguística e/ou enfática. A principal diferença entre PB e PE não está, portanto, na existência dessas estruturas em uma variedade e não em outra, mas no uso de Neg2 como negação semântica no PB, mas não no PE. Com isso, é possível pensar que a estrutura [Neg VP Neg] já fazia parte da língua e que tenha conservado o uso metalinguístico no PE e sido reanalisada no PB. Essa hipótese parece ir ao encontro do que propõem Biberauer e Cyrino (2009), uma vez que, segundo as autoras, estruturas do tipo de Neg2 podem ser encontradas já em textos do século XVI. Voltaremos a essa questão mais à frente.

3. HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DE NEG2

Nesta seção, apresentaremos algumas das propostas para a origem da estrutura [Neg VP Neg] no PB. É importante ressaltar que a maioria dos trabalhos trata principalmente da origem da ordem linear negação-VP-negação e não da interpretação dessa estrutura como negação semântica. O caráter inovador do presente estudo está principalmente, portanto, na tentativa de analisar se a estrutura já entrou na língua com a função que apresenta hoje ou se sofreu reanálise em seu percurso de evolução histórica.

Dentre as hipóteses sobre as origens de Neg2 no PB, podemos destacar os trabalhos de Alkmim (2001), Biberauer e Cyrino (2009), Teixeira de Sousa (2012b) e Seixas e Alkmim (2013). Alkmim (2001) realizou estudo diacrônico envolvendo negativas sentenciais canônicas (Neg1) e inovadoras (Neg2) e (Neg3) com o objetivo de verificar um possível perfil de mudança envolvendo as construções negativas. Para tanto, utilizou peças de teatro em quatro recortes temporais: 1ª metade do século XIX (T1), 2ª metade do século XIX (T2), 1ª metade do século XX (T3) e 2ª metade do século XX (T4). Todas as formas da negação foram observadas nos quatro tempos. Conforme os resultados apontaram, houve um aumento na frequência de uso das formas inovadoras seguido pela diminuição da negação canônica ao longo do tempo. Tal fato indica, segundo a autora, um perfil de competição.

Com relação à implementação do processo de mudança, a autora aponta a presença do pronome de tratamento *senhor* nos diálogos em expressões como *não senhor* como uma etapa importante para o processo de mudança e cita Said Ali (1967, p. 98), que diz que na expressão *não, senhor* pronunciava-se o *não* e, depois, “separadamente e decaindo o tom da voz, vinha o termo *senhor*”. Em época anterior, segundo o mesmo autor, “soavam unidamente *sinsenhör, nãosenhör* como qualquer trissílabo oxítono”. E ainda, para quem falava e quem ouvia, *senhor* desempenhava papel de polidez, sendo essa expressão usada “por pessoas educadas para tratar com a que têm por costume dar o familiar *tu* ou *você*”.

Para Alkmim (2001), a diminuição do uso do item *senhor* como pronome de tratamento na expressão *não senhor* foi o que levou ao surgimento da estrutura [Neg VP Não]. Conforme aponta, é possível que o frequente uso de *não senhor* estivesse relacionado com a situação de escravidão existente no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX, como produto da fala do escravo com o senhor, ou do subordinado com o patrão, dos colonizados com o colonizador, em uma sociedade, então, muito hierarquizada. O que indicaria que essas construções eram fortemente subordinadas à marca de formalidade. E diz ainda que o papel de sufixo de polidez descrevia uma alteração manifestada fonologicamente na produção da expressão, tornando-a mais neutra. Essa alteração poderia ter funcionado como uma pressão gramatical responsável pelo início da mudança.

Segundo os dados levantados por Alkmim (2001, p. 224), a queda do pronome de tratamento *senhor* se dá na segunda metade do século XIX, “quando ocorreram no Brasil fatos importantes que levaram a modificações profundas na sociedade: a) em 1850 foi proibido o tráfico internacional de escravos, o que dificultou muito a entrada dos navios negreiros no país e b) em 1888 foi abolida a escravidão no país”.

Outro fator importante apontado pela autora é a proporção de escravos e de portugueses existentes no Brasil na época em questão. A partir de 1850 a imigração europeia começou a se intensificar, o que levou a um aumento da vinda de portugueses de 100 mil por ano nos séculos XVI e XVII a aproximadamente 754.000 no fim do século XIX, enquanto que a imigração da população de africanos deixou de existir. Ou seja, não se tratava mais de uma sociedade em que o número de escravos era superior ao de portugueses. Tal fato teria causado profundas modificações na estrutura social do país, com o surgimento de uma política de *uropeização* acompanhada pelo combate de traços coloniais e africanos.

Com relação à transição, Alkmim observa nos dados que, após a queda do pronome de tratamento *senhor*, a pausa (marcada na escrita pela vírgula) manteve-se ainda por um período de tempo, ocorrendo a implementação da estrutura [Neg VP Não] só ocorre quando essa cai e o segundo *não* é incorporado à sentença.

Do ponto de vista teórico, a autora aponta como hipótese para o surgimento da dupla negativa (Neg VP Neg) um processo de gramaticalização no qual o segundo *não* da construção, com valor discursivo, sendo um item que não fazia parte da oração, é, posteriormente, a ela incorporado. Uma das evidências encontradas pela autora foi a presença do pronome de tratamento *senhor* em diálogos de peças de teatro da primeira metade do séc. XIX, na expressão *não senhor*, que denotava formalidade. A descrição do processo de mudança envolveria quatro etapas:

1. Uso da expressão “não, senhor”, antecedida de vírgula (ou pausa) ao final de orações negativas:

- (22) “E não é só isso, não, senhor”.
(Ex. 193 de Alkmim, 2001)

2. A palavra *senhor* perde o acento e se torna um sufixo de polidez e a expressão soa como um trissílabo oxítono. Cai a vírgula (pausa) entre o *não* e a palavra *senhor*:

- (23) “Depois não é, não *senhor*”.
(Ex. 178 de Alkmim, 2001.)

3. Cai o sufixo de polidez:

- (24) “Padre Augusto não veio por caridade, não”.
(Ex. 179 de Alkmim, 2001.)

4. Cai a vírgula que separa o *não* da frase e esse, por se tornar leve e não pode ser mais enunciado isolado, incorpora-se a sentença:

- (25) “*Não* estou puxando a sardinha para o meu lado *não*”.
(Ex. 181 de Alkmim, 2001.)

Um dos trabalhos que também trata da origem de Neg2 como resultado de variação dessa estrutura com Neg1, Seixas e Alkmim (2013) apresentam o seguinte percurso da mudança (de [Não V] para [Não V Não]): 1) um primeiro momento em que o segundo *não* era separado da estrutura oracional por um ponto de vírgula, ainda no século XVIII; 2) um segundo momento em que havia o uso da vírgula separando o segundo *não* da estrutura oracional; e 3) a queda da vírgula. Como pode ser observado, a distinção entre essa proposta e a de Alkmim (2001) está apenas no reconhecimento de uma etapa anterior às descritas por Alkmim, que corresponderia a uma pausa maior entre o item negativo e a sentença ainda no século XVIII.

Nessa mesma linha, Teixeira de Sousa (2012b) apresenta a seguinte possibilidade de processo de implementação: os falantes adultos faziam uso da expressão *não senhor* que denotava formalidade, sendo o pronome de tratamento a principal marca dessa formalidade. No momento em que se perde o pronome *senhor* da expressão, causado, possivelmente, por questões sociais, as crianças, que não têm acesso à gramática do adulto, mas apenas aos dados de *output* (Roberts, 2007), perderiam a evidência do caráter puramente discursivo desse segundo *não* da estrutura e passariam a interpretá-lo como parte integrante da sentença em sua gramática interna. A diferenciação pragmática entre a negativa simples e a dupla teria ocorrido ainda na aquisição, durante o processo de mudança, por uma questão de economia. Esse seria o efeito de bloqueio sobre as formas duplas. Para Kroch (1994), a abordagem morfológica analisada tomando-se a variação sintática dentro de uma perspectiva de língua-I é possível em todas as circunstâncias em que propriedades de núcleos determinam o comportamento linguístico. No caso da dupla negativa, considerando-se Poletto (2008), poderia se dizer que houve uma mudança na projeção do núcleo Neg.

Já Biberauer e Cyrino (2009) não acreditam que as estruturas Neg2 sejam uma inovação do PB, uma vez que aparecem em peças de Gil Vicente do século XVI. As autoras sustentam, então, que o *não* final em estruturas [Neg VP Não] é um elemento legítimo de concordância negativa. Segundo argumentam, a presença desse elemento levaria necessariamente a uma interpretação de reforço, o que as faz adotar a categoria PolP, proposta por Zanuttini para explicar a derivação da estrutura [Neg VP Não] no PB. De acordo com a proposta, a categoria PolP estaria sempre presente, mas só seria preenchida no caso de polaridade enfática (i.e. em contextos pressuposicionais e de negação enfática):

- (26) Q: O João comprou a casa?
A: a. *Ele disse que* [_{PolP} *não*]
b. Negativa simples:
Ele disse que [_{PolP} [_{TP} *num/ não, comprou*]]

c. Negativa enfática:

Ele disse que [_{POIP} [_{TP} num/ não₁ comprou] não₂ <TP>]

(ex. (34) Biberauer & Cyrino 2009)

No que diz respeito ao caráter enfático atribuído a [Neg VP Não], não apenas por Biberauer e Cyrino (2009) como também por Furtado da Cunha (1996), Schwegler (1991) e outros, esse não parece ser suficiente para explicar a origem dessa estrutura, já que o *não* pré-verbal do PB, apesar de apresentar uma forma clítica, pode receber proeminência prosódica e ser ele mesmo enfático. Embora a estrutura Neg2 possa ser enfática, essa não é uma característica que defina a estrutura, já que essa pode ocorrer também em contextos não enfáticos. Além disso, uma vez que itens de polaridade negativa apresentam a mesma função de ênfase sobre a informação negativa – *Eu não tenho um centavo no bolso*, o rótulo “ênfase” não serve para distinguir o fenômeno da coocorrência dos dois itens negativos na estrutura de outros fenômenos claramente distintos.

4. SOBRE OS CORPORA

Como nosso objetivo era observar a ocorrência e interpretação de dados diacrônicos de Neg2, optou-se por observar se a estrutura ocorria nos contextos prototípicos de Neg1: narrativas, sentenças infinitivas e encaixadas temporais. Para tanto, foram selecionados materiais históricos de jornais, peças de teatro e, adicionalmente, uma tradução manuscrita do século XVIII.

Inicialmente, selecionamos seis jornais dos séculos XVIII e XIX (*Diário da Bahia*, *Novo Diário da Bahia*, *O Atheneo*, *Correio de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*), mas foram encontradas apenas três estruturas de Neg2 em apenas um dos jornais — *O Atheneo* de 1849, passando esse, então, a ser o único jornal a compor os dados.

No que diz respeito às peças de teatro, não encontramos dados de Neg2 em peças do século XVIII, por isso, todas as peças selecionadas para a análise são dos séculos XIX e XX:

- Alfredo Mesquita: “Os priamidas” (1942);
- Domingos José Gonçalves de Magalhães: “O poeta e a inquisição” (1839);
- Ísis Baião: “Doces fragmentos de loucura” (1930);
- José de Alencar: “O demônio familiar” (1858), “A expiação” (1868), “O jesuíta” (1875), “Azas de um anjo” (1931);
- José Viegas: “São João Del Rei, falada, musicada, sincronizada e cantada!” (1930);
- Lauro César Muniz: “O santo milagroso” (1981), “Direita, volver” (1985);
- Luís Carlos Martins Pena: “O terrível capitão do mato” (1845); “As desgraças de uma criança” (1846), “O juiz de paz da roça” (1842), “O noviço” (1853);
- Roberto Gomes: “A casa fechada” (1973);
- Severiano Nunes Cardoso de Resende: “A virgem mártir de Santarém” (1917).

Do *corpus* de peças de teatro foram coletadas 3675 sentenças negativas, dessas 57 do tipo Neg2, conforme distribuição abaixo:

Tipos de sentença	XIX		XX		TOTAL
	1ª.	2ª.	1ª.	2ª.	
[Não/num VP]	498	1366	792	793	3449
[Não/num VP não]	6	21	17	13	57
[VP não]	0	1	0	4	5
[Nunca VP]	21	34	25	35	115
[Nada VP]	10	26	11	2	49
TOTAL	535	1448	845	847	3675

Tabela 1. Distribuição das sentenças negativas através do tempo

Um material adicional utilizado na pesquisa se refere ao manuscrito intitulado *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina*, o qual consiste de um glossário e diálogos em língua Mina com tradução para o português. A tradução foi feita pelo português Antonio da Costa Peixoto em 1741, no estado de Minas Gerais, na cidade de São Bartolomeu, próximo a Vila Rica (atual Ouro Preto).

O manuscrito, que pertence à biblioteca de Évora, em Portugal, contém 42 páginas e consiste de uma nota de abertura contendo um nome, autor, uma introdução, seguida por local e data. A lista de palavras e expressões são organizadas por campo lexical, embora não sistemática, enquanto as sentenças e diálogos aparecem por tópicos, havendo ainda uma gama de perguntas e respostas.

A língua alvo da tradução, de acordo com Rodrigues (2003), é uma língua africana gbe, especialmente fongbe, que foi usada como língua comum no Brasil durante o século XVIII. O autor sugere que havia uma população homogênea de falantes dessa língua, o que é confirmado pela análise histórica oferecida por Castro (2002). Segundo essa autora, a cidade de Vila Rica e o estado da Bahia receberam um grande número de africanos oriundos da costa oeste do continente e o termo Mina, conforme aponta Rodrigues (1996), era usado no Brasil para se referir a todos os africanos da costa oeste.

Para o propósito deste artigo, a tradução portuguesa do documento é igualmente importante, uma vez que, segundo Fernandes (2015), a tradução contém estruturas já consideradas brasileiras, uma vez que não aparecem em textos do mesmo período escritos em Portugal. Uma das estruturas apontadas pelo autor é justamente Neg2, que ocorre recorrentemente no manuscrito.

5. UMA PROPOSTA SOBRE A ORIGEM DE NEG2

Como vimos na seção 3, a maioria das propostas apresentadas atrela o surgimento de Neg2 a Neg1 e apresenta em comum a necessidade de um período em que Neg1 e Neg2 funcionassem da mesma maneira. Estando em variação na língua, o resultado esperado, considerando o que já se sabe sobre processos de mudança linguística, seria a extinção de uma das formas ou sua especialização. A proposta de Teixeira de Sousa (2012b) vai justamente nesse sentido, uma vez que, considerando a distribuição das estruturas na forma como ela se dá hoje, Neg1 e Neg2 não teriam a mesma função. No entanto, os dados coletados para a presente pesquisa não confirmam essa hipótese. Conforme observamos nos dados, especialmente das peças de teatro dos séculos XIX e XX, Neg2, diferentemente de Neg1, ocorre apenas em contextos de diálogo, não houve um único dado de Neg2 em descrições ou narrativas, ou mesmo em subordinadas temporais e infinitivas. Alguns dados são apontados abaixo:

- (27) Carlos - (para Emília) Ainda duvidas? Vê como enganam esta inocente criança!
Juca - Não enganam não, primo; os cavalos andam sozinhos.
(Martins Pena, 1853).
- (28) Pedestre - Quem mandou esta carta? Fala ou eu...
Alexandre - Não sei, *não* sinhô, foi um branco que me deu.
Pedestre - Que branco?
Alexandre - *Não* sei, *não* sinhô.
(Martins Pena, 1853)
- (29) Esse negócio assim *não* está bom *não*.
(José de Alencar, 1858)
- (30) Pedro *não* fuma, *não* senhor
(José de Alencar, 1858).

Os dados coletados do jornal, apresentados nos exemplos de (31) a (33) abaixo, nos apresentam algumas questões importantes para nossa análise. Embora também dialógicos, esses dados indicam uma leitura metalinguística, uma vez que parecem corrigir algo que é assertado no contexto. O dado em (32), por exemplo, seria agramatical no português brasileiro contemporâneo, uma vez que corrige apenas o que é assertado sobre o complemento ‘substâncias inanimadas’, em oposição a ‘homem’, e não a proposição como um todo. Tais dados parecem indicar que a origem mais provável para a interpretação de Neg2 como negação semântica seja de seu uso como negação metalinguística, uso que continua produtivo em português europeu.

- (31) E *não* é somente não sabe-lo apreciar - *não*.
- (32) Porque o medico *não* exercita sua sciencia sobre substancias inanimadas *não*. É sobre o homem, seo semelhante.
- (33) *não* é preciso que lhes deis riquezas, *não*: para que? basta-lhes ter com que posarem decentemente a vida.

O trabalho de Seixas e Alkmim (2013) traz também uma discussão sobre a natureza informacional de Neg2, considerando o trabalho desenvolvido por Schwenter (2005). Conforme as autoras apontam, dentre o total de 32 estruturas Neg2 coletas por elas, 22 apresentaram pressuposição como informação dada no contexto discursivo, como proposto por Schwenter. No entanto, as 10 estruturas restantes não apresentaram esse tipo de distinção discursiva, o que significa, segundo as autoras, que Neg2 historicamente já poderia ocorrer em contextos em que informação nova é veiculada. Embora o trabalho de Seixas e Alkmim (2013) trate da origem de Neg2 como a inserção de um item negativo extra à já existente estrutura com *não* pré-verbal, Biberauer e Cyrino (2009) argumentam que a estrutura Neg2 não é uma inovação do PB, uma vez que estruturas desse tipo já aparecem em textos do século XVI de Gil Vicente:

- (34) *Nam* hei-de ir a França *nam* (Auto da Fama)

Para as autoras, o *não*-final em Neg2 corresponde a um item genuíno de concordância negativa que teria se lexicalizado como núcleo de uma categoria de polaridade. O item teria sua origem em pró-sentenças com o negador *não*:

- (35) A: O João vai comprar a casa?
 B: Acho que *sim*. (Pró-sentença positiva)
 B': Acho que *não*. (Pró-sentença negativa)

Considerando o dado em (34) e também a constatação a partir dos dados coletados na presente pesquisa que evidenciam que Neg2 não teve em suas primeiras ocorrências a mesma distribuição de Neg1, parece pouco provável que a estrutura [Neg VP Não] tenha se originado de [Neg VP], tanto em termos de forma quanto de interpretação. Já a proposta de Biberauer e Cyrino (2009), embora interessante em termos de interpretação, não explica porque apenas pró-sentenças negativas teriam sido reanalisadas. Se levarmos em conta, no entanto, a ocorrência de interpretação metalinguística de Neg2 em alguns dos dados apresentados neste artigo, mas também por Seixas e Alkmim (2013), como o ilustrado abaixo, é possível propor que não a existência da estrutura Neg2 em si constitua uma inovação do PB, mas sim a sua interpretação como negação semântica.

- (36) *Não* he com as nossas pêssoas que o fasem, *não*; he com o nosso dinheiro

Como vimos na seção anterior, Neg2 no período sincrônico da língua não pode negar partes da sentença como em casos de negação de assertabilidade; está restrita à negação de propo-

sições completas. Dessa forma, é possível atrelar a origem da interpretação semântica ao uso da estrutura como negação metalinguística, uso que além de reconhecível em outros momentos da língua também é possível no PE. A proposta é que a estrutura Neg2, que já estava presente no português com função de negação metalinguística tenha sido reinterpretada, ou melhor reanalisada como negação semântica de proposição como resultado de um processo de gramaticalização. Para tratar dessa questão, buscamos inicialmente avaliar os usos dessas estruturas no *corpus* das peças de teatro³, uma vez que os dados do jornal já apontavam para o uso de Neg2 na primeira metade do século XIX.

Como forma de sistematizar o uso diacrônico de Neg2, partimos da distinção entre os contextos em que essa estrutura poderia aparecer nos dados: a) como resposta a pergunta polar, b) como asserção negativa, c) como asserção negativa enfática, d) como interrogativa pressuposicional ou e) como negação metalinguística. O resultado dessa análise é apresentado na Tabela 2 abaixo. Vale ressaltar que a distinção entre uma asserção negativa e uma asserção negativa enfática corresponde à distinção entre uma asserção que introduz uma proposição nova e aquela que corresponde ao ato de denegar, ou seja, o de responder negativamente a uma asserção anterior.

Tipo de sentença	T1		T2		T3		T4	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Resposta a pergunta polar	3	50	-	-	-	-	-	-
Asserção negativa ⁴	3	50	14	67	14	77	11	85
Asserção negativa enfática ⁵	-	-	4	19	2	17	-	-
Interrogativa pressuposicional	-	-	2	9	1	6	2	15
Negação metalinguística	-	-	1	5	-	-	-	-
Total	6	100	21	100	17	100	13	100

Tabela 2. Distribuição de Neg2 por contexto nos quatro recortes temporais (séc. XIX, 1ª e 2ª metades, séc. XX, 1ª e 2ª metades)

Embora tenham ocorrido poucos dados de Neg2 no *corpus* por nós selecionado, foi possível observar alguns dados importantes no que diz respeito à interpretação dessa estrutura. Como pode ser observado na tabela acima, só aparece um único dado de Neg2 como negação metalinguística em uma peça de teatro da segunda metade do século XIX. Esse dado é interessante, uma vez que esse é o único contexto observado que não envolve a proposição como um todo. Lembrando que a denegação foi observada num contexto à parte, o de asserção negativa enfática, pois, por mais que envolva rejeição a algo assertado previamente, envolve toda a proposição.

Ainda em relação aos dados coletados, pode-se observar que o uso da estrutura em resposta a pergunta polar só aparece na primeira metade do século XIX, enquanto seu uso como asserção negativa, que aparece em 50% dos dados em T1, se mantém o mais frequente, chegando a compor 85% dos dados em T4. Esse é justamente o contexto de Neg2 como negação semântica, assim, é possível afirmar que essa interpretação já era possível no início do século XIX, tendo sua frequência aumentado com o passar do tempo. Isso indica que a mudança que levou à consagração dessa estrutura como negação semântica de proposição já havia ocorrido no século XVIII.

No que diz respeito aos outros contextos, observamos tanto o uso de Neg2 como asserção negativa enfática em T2 e T3 quanto em interrogativas pressuposicionais em T2, 3 e 4. Chama a atenção que os usos de Neg2 nesses contextos coincidam nos nossos dados com a queda no uso da estrutura como resposta a pergunta polar. Segundo Farkas e Bruce (2010), uma as-

³ Optou-se pelas peças de teatro, porque o fenômeno é típico da língua falada, e esse gênero parece ser o que mais traz diálogos que se aproximam da língua falada.

⁴ Sentença negativa não enfática ou metalinguística.

⁵ Sentença negativa usada para corrigir uma proposição anterior, através da ênfase na polaridade da sentença.

serção se opõe a uma pergunta polar por haver, nesse caso, o compromisso do falante com o conteúdo da proposição, assim, a “resposta” negativa a uma asserção pode constituir uma denegação, enquanto que a resposta negativa a uma pergunta polar não. Isso situaria o uso de Neg2 como denegação posterior a seu uso como asserção negativa. Se tal constatação está, de fato, correta, então é possível dizer que o uso de Neg2 como denegação venha justamente da sua especialização como negação semântica de proposição a partir de distinção entoacional. O uso dessa estrutura em interrogativas pressuposicionais também aponta nessa direção, uma vez que, nesse caso, há, da mesma forma que em asserções *default*, o compromisso do falante com o conteúdo da proposição.

Outro dado interessante é que Neg2 só aparece em sentenças encaixadas nos dados coletados a partir do século XX, como mostram os exemplos de (37) a (39) abaixo. Esse uso não é observado nem no português antigo e nem no PE. Vale lembrar que Neg2 não ocorre na sincronia em qualquer encaixada, mas apenas naquelas em que há proposição.

(36) Pai, o sinhô dá um geito com o Dr. Ogusto que eu *num* quero ser sordado *não*...
(Viegas, 1930).

(37) Eu, hein! Essa mulher parece que *num* regula direito *não*!
(Baião, 1987).

(38) Eu acho que você *não* gosta, *não*
(Muniz, 1981).

Se os dados levantados indicam que Neg2 enquanto negação semântica se origina de seu uso como negação metalinguística, falta ainda analisar o que teria servido de gatilho para a reanálise da estrutura. Nesse sentido, o manuscrito do século XVIII com a transcrição da língua mina para português nos traz alguns pontos relevantes. Inicialmente, pudemos observar que a negação na língua descrita no manuscrito foi majoritariamente realizada por dois marcadores, *mà* e *hâ*. A partir disso, Fernandes (2015) sugere que esses marcadores podem ser a origem de Neg2 no PB. No entanto, é importante ressaltar que há ainda a ocorrência de marcador negativo apenas pré-verbal no mesmo manuscrito. Alguns exemplos com a tradução correspondente são apresentados abaixo:

(39) *mádómô* – *não* diga isso.

(40) *nhimatim gamrufi* – eu *não* tenho ainda balansa

(41) *nhimádá hâhigumhâ* – eu *não* zombo *não*.

(42) *hemápouhâ* – *não* é velho *não*

No manuscrito, há um total de 50 sentenças negativas: 42 compostas por *má...hâ* e oito por *má*. Não é possível a partir dos dados observar nenhuma distinção entre as estruturas ou mesmo estabelecer qual é a estrutura padrão. No entanto, se consideramos que a maioria dos dados ocorre em diálogos, a distribuição dos marcadores em mina poderia ser comparada ao que ocorre no sistema de negação do PB.

Na tradução, os dois tipos de estruturas ([Neg VP] e [Neg VP Neg]) também aparecem, mas não parece haver correlação entre o tipo de negação usado na língua original, uma vez que nem todas as sentenças com *má...hâ* foram traduzidas como Neg2. Além disso, a frequência de Neg1 foi levemente superior (31 dados) que a de Neg2 (19 dados), apesar de todas as sentenças com apenas o pré-verbal *mâ* terem sido traduzidas a partir de uma estrutura Neg1.

De acordo com Rodrigues (2003) e Castro (2002), a língua mina descrita no manuscrito é majoritariamente do dialeto fon(gbe), que, no entanto, apresenta um sistema de negação dife-

rente do fon moderno. Lefebvre e Brousseau (2002: 128) afirmam que o fongbe moderno tem dois diferentes marcadores negativos *mà* e *â*, os quais estão geralmente em distribuição complementar. De acordo com os autores:

...while *mà* appears to negate the content of the a proposition in much the same way as the English *not* does (e.g. 'John has not arrived'), *â* appears to express the speaker's disagreement with the content of the proposition (e.g. 'It's not the case that John has arrived').

A distribuição apresentada acima indica que *mà* é o negador real em fon, enquanto *â* é um operador metalinguístico. Similarmente, *mà* ocorre na posição pré-verbal enquanto *â* na posição final de sentença. Os autores também afirmam que a coocorrência de duas partículas é possível, mas muito limitada; *mà* e *â* não podem ambos ocorrer na mesma sentença:

(44) *Kòkú mà xù àsón lé à?
Koku neg comprar carangueio pl Q
(ex. (56) de Lefebvre e Brousseau 2002)

(45) (Ní) Kòkú mà xò àsón lé â, é ná yé
COMP Koku neg comprou carangueijo pl neg, 3sg DEF-FUT deixar
'Se Koku não comprar o carangueijo, ele/ela vai embora.'
(ex. (57) de Lefebvre e Brousseau 2002)

Outra propriedade interessante do fongbe moderno está na série de marcadores que expressam o ponto de vista do falante com respeito à proposição: o *à* – marcador de pergunta polar, o *ce* – marcador dubitativo, (*l)á* – marcador de surpresa, *ó* – marcador de insistência, *â* – marcador de negação, e *gé* – marcador de restrição, etc. Os últimos três marcadores – *ó*, *â* e *gé* – são descritos como parte do mesmo paradigma já que têm a mesma distribuição e não coocorrem na mesma sentença. Esse é um argumento adicional para a interpretação de *â* como um operador metalinguístico em vez de um marcador de negação regular.

Mina e fongbe moderno parecem se distinguir no que diz respeito à expressão da negação sentencial: enquanto duas partículas compõem uma única sentença negativa em mina, fongbe apresenta negação pré-verbal com uma estrutura adicional (pós-VP) para expressar negação metalinguística. Fon apresenta ainda uma série de partículas proposicionais, que não são observadas em mina. No entanto, uma distribuição similar de itens pode indicar que o *hâ* pós-sentencial em mina corresponde a uma partícula única interpretada como um marcador de proposição. Se isso é verdadeiro, temos uma boa indicação de que o desenvolvimento de Neg2 no PB é, na verdade, resultado de contato com o mina, especialmente se considerarmos a distribuição sintática similar e a existência de uma língua africana falada no estado de Minas Gerais.

Outro ponto importante é oferecido pela distribuição dialetal de Neg2 e Neg3 no PB. De acordo com Teixeira de Sousa (2012a), essa gramática que apresenta Neg1 e Neg2 como negação semântica não apresenta a mesma distribuição em todo o território, sendo mais regular nos estados de Minas Gerais e Bahia. Como mencionado anteriormente, um grande número de africanos da costa oeste foi enviado justamente para Minas Gerais e Bahia, assim, há ainda mais razões para se investigar a influência das línguas do oeste da África no PB, principalmente no que diz respeito à origem de Neg2 como negação semântica.

Em termos teóricos, a situação descrita se apresenta como um bom gatilho para reanálise (Roberts, 2007): falantes africanos de mina teriam em sua gramática uma estrutura proposicional negativa com dois itens – *má VP hâ* – e teriam entrado em contato com falantes do português que também tinham uma estrutura com dois itens negativos – Neg VP Não – com significado diferente. É possível que os africanos começaram a usar a estrutura portuguesa com o mesmo significado da estrutura já presente em sua gramática, resultando em reanálise. Embora haja bons indícios dessa análise, é importante se explorar um pouco mais a forma de realização da negação sentencial no manuscrito, tentando relacioná-lo a possíveis outros documentos do período.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos nas seções anteriores deste artigo, a presença de três estruturas negativas no PB tem sido alvo de muitos estudos, especialmente voltados para a origem das estruturas [Neg VP Não] e [VP Não] na língua. Vimos que de um lado temos autores que defendem que a presença destas estruturas corresponde a uma inovação no PB, enquanto outros argumentam que é possível identificar pelo menos dados de Neg2 ([Neg VP Não]) em textos do português já no século XVI. No entanto, como argumentamos, a principal inovação nas estruturas negativas do PB não está exatamente na sua presença na língua, mas na possibilidade de haver duas estruturas distintas para expressar negação semântica, a saber Neg1 ([Neg VP]) e Neg2. Partindo disso, buscamos avaliar a partir da análise dos primeiros registros de Neg2 no PB se a estrutura teria se originado de Neg1, como parece argumentar a maioria dos trabalhos ou se teria uma origem diferente. Se Neg1 e Neg2 tivessem uma origem em comum, o esperado era que essas apresentassem variação pelo menos durante algum período, o que não foi atestado em nossos dados.

A hipótese que aventamos é de que teria havido um processo de gramaticalização da estrutura Neg2 que teria sido reanalisada de negação metalinguística para negação semântica. Embora a pesquisa aqui apresentada ainda necessite de mais dados, ela foi importante na medida em que evidencia que Neg2 não pode ter sua origem atrelada a Neg1, uma vez que nos dados históricos é bastante claro que as duas estruturas não eram usadas nos mesmos contextos e com a mesma função, o que seria esperado em casos de variação linguística.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alkmim, Mônica (2001): *As negativas sentenciais no dialeto mineiro: uma abordagem variacionista*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Biberauer, Theresa; Cyrino, Sonia (2009): "Appearances are deceptive: Jespersen's cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance based Creoles". Palestra apresentada em *Going Romance*, 23. Nice.
- Castro, Yeda Pessoa de (2002): *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Dahl, Östen (1979): "Typology of sentence negation". *Linguistics* 17 (1-2), 79-106.
- Fernandes, Gonçalo (2015): "A Língua Geral de Mina (1731/1741), de Antonio de Costa Peixoto". *Confluência* 49, 28-46.
- Geurts, B. (1998): "The mechanisms of denial". *Language*, 74, 274-307.
- Horn, Laurence (1989/2001): *A natural history of negation*. Stanford: CSLI.
- Kroch, Antony (1989): "Reflexes of grammar in patterns of language change". *Language variation and change* 1, 199-244.
- Kroch, Antony (1994): "Morphosyntactic variation", in K. Beals (ed.): *Proceedings of thirtieth annual meeting of the Chicago Language Society* 2. Chicago: Chicago Linguistic Society, 108-201.
- Lefebvre, Claire / Brousseau, Anne Marie (2002): *A grammar of Fongbe*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- Martins, Ana Maria (2010): "Negação metalinguística (lá, cá e agora)", in Ana Maria Brito et al. (eds.): *Atas do XXV encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 567-587.
- Martins, Ana Maria (2013): "Emphatic polarity in European Portuguese and beyond". *Lingua* 128, 95-123.
- Negrão, Esmeralda V. (2002): "Distributividade e Genericidade nos sintagmas introduzidos por CADA e TODOS". *Revista do Gel* 1, 87-89.
- Pinto, Clara (2010): *Negação metalinguística e estruturas com 'nada' no português europeu*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Lisboa.
- Poletto, Cecília (2008): "On negative doubling". La negazione: variazione dialettale ed evoluzione diacronica. *Quaderni di Lavoro ASIt* 8, 57-84.
- Rajagopalan, Kanavillil (1982): *Negation and denial. A study in the theory of speech acts*. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Católica de São Paulo.
- Ramchand, Gillian (2004): "Two types of negation in Bengali", in V. Dayal, A. Mahajan (eds.): *Clause structure in South Asian languages*. Dordrecht: Kluwer, 39-66.

- Ramchand, Gillian (1997): *Aspect and predication*. Oxford: Oxford University Press.
- Roberts, Ian (2007): *Diachronic syntax*. Oxford / New York: Oxford University Press.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1996): "As línguas gerais sul-americanas". *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 4 (2), 6-18.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (2003): "Obra nova da língua geral de mina: a língua ewe nas Minas Gerais". *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 13, 92-96.
- Said Ali, M. (1964): *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos.
- Schwegler, Armin (1991): "Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese: a linguistic change in progress". *Orbis* 34 (1-2), 187-214.
- Schwenter, Scott (2005): "The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese". *Lingua* 115, 1427-1456.
- Seixas, Vivian Canella / Monica G. R. Alkmim (2013): "A negação sentencial em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX: Considerações sobre implementação, transição e origem da estrutura [Não V Não]". *Veredas* 17 (2), 83-113.
- Teixeira de Sousa, Lílian (2012a). *Syntax and interpretation of sentential negation in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas.
- Teixeira de Sousa, Lílian (2012b): "A negação sentencial e o efeito de bloqueio no português brasileiro". *Recorte* 9, 1-18.
- Teixeira de Sousa, Lílian (2015): "Three types of negation in Brazilian Portuguese". *Lingua* 159, 27-46.
- Corpora**
- Alencar, José de (1931): *Azas de um anjo*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00983>. [30/09/2015].
- Alencar, José de (1868): *A expiação*. In: Biblioteca Brasileira USP. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00177200#page/1/mode/1up> [30/09/2015].
- Alencar, José de (1858): *O demônio familiar*. In: Biblioteca Brasileira USP. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00176200#page/1/mode/1up> [30/09/2015].
- Baião, Isis (1987): *Doces fragmentos de loucura*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00396> [30/09/2015].
- Gomes, Roberto (1973): *A casa fechada*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00461> [30/09/2015].
- Magalhães, José Gonçalves de (1839): *O poeta e a inquisição*. In: Biblioteca Brasileira USP. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01087000#page/1/mode/1up> [30/09/2015].
- Mesquita, Alfredo (1942): *Os pirâmidas*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- Muniz, Lauro César (1985): *Direita, volver*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00505> [30/09/2015].
- Muniz, Lauro César (1981): *O santo milagroso*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00555> [30/09/2015].
- Pena, Martins (1846): *As desgraças de uma criança*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00144> [30/09/2015].
- Pena, Martins (1875): *O jesuíta*. In: Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/o_juiz_de_paz_da_roca.pdf [30/09/2015].
- Pena, Martins (1842): *O juiz de paz na roça*. In: Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/o_juiz_de_paz_da_roca.pdf [30/09/2015].
- Pena, Martins (1853): *O noviço*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00422>. [30/09/2015].
- Pena, Martins (1845): *O terrível capitão do mato*. In: Biblioteca digital de peças teatrais. <http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00154> [30/09/2015].
- Peixoto, Antônio da Costa (1944): *Obra nova de língua geral de Mina de Antônio da Costa Peixoto*: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Resende, Severiano Nunes Cardoso de (1917): *A virgem mártir de Santarém*. (manuscrito)
- Viegas, José (1930): *São João Del Rei, falada, musicada, sincronizada e cantada!* (manuscrito)